



ARTIGOS

A DESCOBERTA DO INCONSCIENTE PSÍQUICO E A PRIMEIRA TEORIA BERGSONIANA DO INCONSCIENTE *

The discovery of the psychic unconscious and the first Bergsonian theory of the unconscious

Henrique Fróes **

Resumo: Na segunda introdução ao *O pensamento e o movente*, Bergson afirma que a intuição o conduziu à constatação da existência do inconsciente psicológico. Neste trabalho procuramos reconstituir o percurso feito pelo pensamento bergsoniano que o levou a esse resultado. Para isso, lançamos mão não só dos primeiros escritos de Bergson como também dos registros das aulas ministradas por ele nos quais o tema do inconsciente é explicitado. Intentamos mostrar que a intuição bergsoniana o leva a recolocar o problema do inconsciente em novos termos em relação à algumas das tradições discursivas sobre o inconsciente então existentes, bem como à descoberta do inconsciente psíquico nos moldes do que denominamos tradição do inconsciente hipnoclínico e à formulação de uma teoria própria do inconsciente.

Palavras-Chave: Bergson. Inconsciente. Duração.

Abstract: In the second introduction to *The Creative Mind*, Bergson states that intuition led him to the acknowledgment of the existence of the psychological unconscious. In this paper we seek to reconstruct the path taken by Bergsonian

* Artigo recebido em 15.07.2024 e aprovado para publicação em 17.08.2024.

** Doutor em Metafísica pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Coordenador na Gerência de Pesquisa e Formação Continuada para Etapas da Educação Básica (Geteb) da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE). E-mail: henrique.froes@gmail.com.

thought that led him to this result. To this end, we resort not only on Bergson's early writings but also on the records of the classes he taught in which the theme of the unconscious is made explicit. We attempt to show that Bergsonian intuition led him to reframe the problem of the unconscious in new terms in relation to some of the discursive traditions on the unconscious that existed at the time, as well as to the discovery of the psychic unconscious along the lines of what we call the tradition of the hypnogenic unconscious and to the formulation of his own theory of the unconscious.

Keywords: **Bergson. Unconscious. Duration.**

Introdução

Escritas inicialmente em 1922, as duas *Introduções* ao livro *O pensamento e o movente* apresentam uma espécie de balanço autobiográfico do percurso filosófico do autor. Dessas célebres páginas, gostaríamos de nos deter sobre um trecho da seção dedicada à intuição, entendida aqui como o método filosófico que possibilita a apreensão da duração interior. De acordo com Bergson:

Intuição, portanto, significa primeiro consciência, mas consciência imediata, visão que mal se distingue do objeto visto, conhecimento que é contato e mesmo coincidência. – É, em segundo lugar, consciência alargada, premendo contra os bordos de um inconsciente que cede e que resiste, que se rende e que se retoma: através de alternâncias rápidas de obscuridade e de luz, faz-nos constatar que o inconsciente está aí; contra a estrita lógica, afirma que por mais que o psicológico seja algo consciente, há não obstante um inconsciente psicológico.¹

O trecho estabelece uma relação entre a intuição bergsoniana e a constatação da existência de um inconsciente psicológico. Assim, por meio da intuição chegaríamos não só às bordas da consciência como iríamos além, avançando adentro no território desconhecido do inconsciente, movimento de expansão que nos asseguraria dessa existência que, como aponta Bergson, aparentemente seria contrária à estrita lógica.

Como destacou Dayan em seu estudo pioneiro, o tema do inconsciente preocupou o filósofo ao longo de todo o seu itinerário intelectual, a despeito do fato dele nunca ter procurado fornecer uma resposta sistemática e completa à questão². O trecho em questão ressalta a importância dessa constatação — o da existência de um inconsciente psicológico — e o da sua relação com a intuição: mas como isso se teria dado efetivamente

¹ BERGSON, H. *O pensamento e o movente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 29.

² DAYAN, M. L'inconscient selon Bergson, in *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. 3, p. 287–324, 1965.

para Bergson? Como a experiência da duração interior o teria levado a reconhecer essa existência?

Neste artigo procuraremos mostrar o percurso percorrido pelo pensamento bergsoniano que o levou não só à essa constatação da existência do inconsciente psicológico como também à formulação de uma teoria própria sobre o inconsciente. Essa teoria é anterior àquela apresentada em *Matéria e Memória* — na qual o inconsciente é equiparado à memória pura, designando, assim, o modo de ser do passado, ou seja, do virtual. A reconstituição desse percurso somente é possível fazendo apelo ao registro das aulas que o então *professor Bergson*³ ministrava no ensino secundário francês, pois é nesse material que o tema do inconsciente é explicitado e desenvolvido.

Veremos que esse material, apesar de destinado ao ensino secundário, expressa o modo próprio do filosofar de Bergson, qual seja: o de propor soluções originais aos problemas herdados da tradição filosófica — que seriam, na verdade, *falsos problemas* — por meio de uma crítica de seus fundamentos. Como explica Prado Júnior, a dissolução desses se dá por um “[...] novo equacionamento, que, apelando para a experiência precisa da intuição ou da ciência positiva, transforma-os em autênticos problemas, alterando-lhes os termos e tornando-os solúveis”⁴.

No contexto do ensino de filosofia da época, como pode-se constatar nos principais manuais escolares⁵, o problema do inconsciente era posto nos seguintes termos: pode-se ou não conceber a existência de fatos psicológicos inconscientes? O *professor Bergson* vai propor uma nova maneira de colocar esse problema por meio da reformulação da própria noção de fatos psicológicos proporcionada pela intuição e pelos dados da ciência positiva da época, como veremos a seguir.

A solução bergsoniana à questão do inconsciente resulta então no que denominamos no título desse trabalho como a “descoberta” do inconsciente psíquico. Falamos em descoberta no sentido em que o próprio Bergson dá

³ A natureza desse material textual – anotações feitas em sala de aula por alunos no contexto do ensino escolar secundário, constrangido pelas obrigações curriculares e exigências avaliativas – requer algumas considerações de ordem hermenêutica. Eles devem ser considerados de modo diferente tanto dos livros de Bergson publicados em vida quanto dos seus textos postumamente coletados nas diferentes edições (*Écrits et Paroles, Mélanges, Écrits philosophiques*): afinal, ao contrário destes, não foram escritos pelo próprio Bergson. Diante dessas questões hermenêuticas, decidimos, nesse trabalho, diferenciar *Bergson*, o autor, do *professor Bergson*, aquele que supostamente fala nas aulas anotadas pelos alunos.

⁴ PRADO JÚNIOR, B. *Presença e campo transcendental: consciência e negatividade na filosofia de Bergson*. São Paulo: Edusp, 1988, p. 33.

⁵ Cf. RABIER, É. *Leçons de Philosophie - Psychologie*. Septième Edition ed. Paris: Librairie Hachette & Cie. , 1903. v. I e JANET, P. *Traité Élémentaire de Philosophie À l'Usage des Classes*. [s.l.] C. Delagrave, 1884b.

ao termo na já referida segunda *Introdução*: para ele, a descoberta de uma solução para um problema filosófico versa sobre aquilo que já existe, ou seja, a resposta já está dada virtualmente no próprio modo como o problema é posto⁶. Procuraremos mostrar que a solução bergsoniana “descobre” um inconsciente psíquico que já havia sido desvelado pela ciência positiva da época, que apontava a existência de um inconsciente como sendo o resultado do processo de dissociação da consciência que daria origem a uma segunda consciência ou a um segundo Eu.

1. Intuição da duração e fatos psicológicos

A reformulação da noção de fato psicológico nos é apresentada no segundo capítulo do *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* (doravante referido apenas como *Ensaio*). Esse capítulo se inicia pela apresentação de uma teoria sobre os números, passa pela distinção entre dois tipos de multiplicidades — a numérica e a qualitativa — e promove um estudo sobre as noções de tempo e espaço — que resulta em outra distinção, entre tempo homogêneo e duração. Após esse percurso, Bergson se coloca a questão sobre como devemos conceber a multiplicidade dos estados psicológicos, tal como nos é dada à consciência: será que os apreendemos em uma sucessão, na qual cada um deles se distingue nitidamente dos outros a ponto de podermos contá-los?⁷

Ao assim procedermos, nos adverte Bergson, tomamos o tempo como um meio vazio homogêneo que estabelece intervalos entre os estados psicológicos, fixando seus contornos. Tal operação utilizar-se-ia de um conceito *bastardo*, ou seja, a de um tempo constituído pela ideia mesma de espaço. A esse tempo contaminado pela espacialidade, chamado de *tempo homogêneo*, devemos opor o tempo originário, verdadeiro, que é a *duração pura*.⁸

É preciso indagar a consciência sobre o que é essa duração pura e como se dá a sucessão dos estados psicológicos. Para isso, seguindo as orientações de Bergson, precisamos pedir a ela que se isole do mundo exterior para evitar justamente essa contaminação espacializante, e que, num esforço vigoroso de abstração, volte a ser si mesma, ou seja, uma *consciência pura*.⁹

Precisamos estar aptos a vivenciar os *dados imediatos da consciência*. Bergson indica outras condições necessárias para tal: é preciso deixar que o nosso

⁶ BERGSON, *O pensamento e o movente*, p. 54.

⁷ BERGSON, H. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. São Paulo: Edipro, 2020, p. 64.

⁸ *Ibid.*, p. 68.

⁹ *Ibid.*, p. 69.

Eu viva, abstendo-se de estabelecer uma separação entre o estado presente e os estados anteriores. Nesse deixar-se viver, o Eu não precisa ser absorvido por completo pelo estado de consciência que se lhe apresenta; nem precisa também esquecer os estados anteriores.¹⁰

Mantida, assim, nessa experiência, a distinção do Eu daquilo que ele apercepciona, assim como pressuposta algum tipo de memória, eis então que nos surge a vivência da duração pura — experiência a que Bergson dará posteriormente o nome de intuição: de acordo com a primeira formulação bergsoniana dessa noção fundamental, ela é a “[...] forma assumida pela sucessão de nossos estados de consciência” quando alcançamos todas aquelas condições próprias da consciência pura.¹¹

Que forma seria essa propriamente? Podemos concebê-la como a forma de um fluxo no qual sucedem-se os estados da consciência indistintamente. Entretanto, se ainda falamos em estados de consciência é por um vício espacializante ainda não superado que insiste em efetuar distinções onde não as há. No fluxo da duração pura, o que ocorre é uma sucessão “[...] sem a distinção, como uma penetração mútua, uma solidariedade, uma organização íntima dos elementos, cada um dos quais, representativo do todo, dele só se distingue e dele só se isola por meio de um pensamento capaz de abstrair.”¹² Desse modo, o que entendemos por estados da consciência são recortes que efetuamos no todo originalmente indivisível da duração pura.

Para assim constituí-los, retiramo-los do fluxo em que estão inseridos, “congelando-os” em momentos passíveis de serem isolados e dispostos espacialmente em uma ordem linear, tal como se representássemos a sucessão na forma de uma corrente cujas partes se tocam sem se penetrar. Essa imagem da corrente, nos diz Bergson, não representa mais uma pura sucessão, e sim uma simultaneidade, já que suas partes já estão dadas uma ao lado da outra; já a pura sucessão, por outro lado, nos seria dada como um único e mesmo instante.

Se a duração é, pois, uma forma, ao que exatamente ela dá forma? Não é aos já descartados estados da consciência. No limite, como sugere o próprio Bergson, o que há é apenas a própria mudança, pois que a duração pura:

[...] *poderia não ser nada mais* (grifo nosso) do que uma sucessão de mudanças qualitativas que se fundem, que se penetram, sem contornos precisos, sem qualquer tendência para se exteriorizar umas em relação às outras, sem qualquer parentesco com o número — seria a pura heterogeneidade.¹³

¹⁰ *Ibid.*, p. 69

¹¹ *Ibid.*, p. 69.

¹² *Ibid.*, p. 70.

¹³ *Ibid.*, p. 71.

O modo hesitante como Bergson expressa tal possibilidade revela o receio de comprometer-se com uma concepção ontológica radical do psiquismo, cujo única “matéria” seria a própria mudança. Sem se comprometer com tal concepção e sem conseguir propor alternativas, Bergson continuará a falar em “estados da consciência” ou em “fatos psicológicos”, aceitando assim os limites impostos pela linguagem.

Mas a questão permanece: a que a duração dá forma? Partamos também da noção de estados da consciência, entendida como um termo geral que designa fenômenos que se dão a um sujeito como as sensações, os sentimentos, as paixões e os esforços. Etimologicamente falando, um estado é, por definição, algo estático, um modo de ser momentâneo¹⁴. O que Bergson propõe é que pensemos estados que estão em constante mudança, que nunca chegam a estabilizar-se como um momento distinto do fluxo da duração, ou seja, que nunca chegam a se constituir enquanto tais. Assim, a matéria da duração é, propriamente falando, constituída de estados *potenciais* — se quisermos utilizar a noção aristotélica que designa aquilo que possui as condições para atualizar-se, mas que ainda não o fez — ou, para usar uma noção cara ao bergsonismo, *virtuais*¹⁵.

No *Ensaio*, Bergson se abstém de abordar diretamente o tema do inconsciente. O próprio termo somente ocorre cinco vezes no texto, três delas no primeiro capítulo. Nessa primeira parte do texto, o termo é utilizado para caracterizar os abalos orgânicos promovidos pela causa exterior, isto é, a repercussão interna dessa no sistema nervoso. Bergson então enfatiza que esses abalos “são inconscientes como movimentos”, “são necessariamente inconscientes” e que, enquanto movimento, “permanece inconsciente [...]”¹⁶. Esses trechos indicam o uso do termo inconsciente para se referir àquilo que ocorre no campo da matéria e da fisiologia — uso coerente com um dualismo mente-corpo estrito — que é excluído por princípio do campo psicológico. Essas ocorrências do termo poderiam nos levar a considerar que Bergson então se alinharia com aqueles que negavam a existência de um inconsciente psíquico. Veremos, no entanto, com base nas aulas ministradas pelo *professor Bergson* no período imediatamente posterior à publicação do *Ensaio*, que esse não é o caso.

¹⁴ LALANDE, A. ‘État’, in *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976, p. 303.

¹⁵ Worms efetua uma leitura semelhante: “Assim, e este é um ponto essencial, as partes do tempo não se conservam num todo senão ao cessar de serem partes que aliás elas jamais foram: só se pode pensar a sua conservação sob a condição de parar de pensá-las como partes, ou seja, no fundo, sempre como instantes. Mais exatamente ainda, as partes do tempo não são senão partes virtuais, cuja atualização por nossa reflexão transformará a sua própria natureza, já que essa atualização supõe uma justaposição no espaço, que as retira de sua sucessão imanente (...)” WORMS, F. A concepção bergsoniana do tempo, in *DoisPontos*, v. 1, n. 1, p. 129–149, 9 dez. 2005, p. 136.

¹⁶ BERGSON, *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, p. 33-34.

2. A crítica ao axioma dos fatos psicológicos

Nas aulas de Psicologia do ano escolar de 1892-1893, o *professor Bergson* identifica duas posições antagônicas no âmbito da tradição e do debate contemporâneo em torno do inconsciente. A primeira posição é a que nega *a priori* a existência de fatos psicológicos inconscientes. Filloux denominou tal posição de *axioma dos fatos psicológicos* — qual seja: o estabelecimento de uma identidade *a priori* entre fatos psicológicos e fatos da consciência¹⁷. Dado esse axioma, tudo o que é supostamente inconsciente deve ser considerado como fato fisiológico ou físico, pois o domínio psicológico seria o mesmo do da consciência.¹⁸

Bergson aponta Rabier como um dos representantes dessa posição¹⁹. Ele é autor dos *Leçons de philosophie*, popular manual escolar lançado pela primeira vez em 1884 e utilizado como referência pelo próprio *professor Bergson*. Vejamos como esse manual aborda a questão do inconsciente. O tema é tratado no âmbito de uma exposição mais geral sobre a consciência, que se inicia com a apresentação de duas concepções distintas de consciência: a) a consciência como forma comum de todas as faculdades da alma (que será defendida por Rabier) e, b) a consciência como uma faculdade distinta das outras e que tem por função perceber os atos realizados por essas. Assim, o tema do inconsciente surge para responder à pergunta: é possível conceber uma separação — não de fato, o que é impossível — mas pelo menos de direito entre fatos psicológicos e consciência?²⁰ Ou, posto de outra maneira, é possível conceber a existência de fatos psicológicos inconscientes?

Rabier faz um apanhado dos principais argumentos desenvolvidos pela tradição na defesa dos fatos psicológicos inconscientes e os analisa um a um. O resultado da análise é expresso em termos contundentes: a hipótese de que haja fatos psicológicos inconscientes é: a) *inútil*, dado que podemos prescindir dela fazendo apelo à noção de variação de graus de consciência; b) *contraditória*, pois só podemos determinar a natureza de algo inacessível à consciência por meio de elementos que tomamos emprestados dessa mesma consciência; e c) *absurda*, já que é intrínseco aos fatos psicológicos serem indissociáveis da consciência (axioma dos fatos psicológicos)²¹.

Eis como o *professor Bergson* refuta a posição de Rabier: seu erro consistiria em tomar a consciência como única propriedade de um estado psicológico. Evidentemente, um estado psicológico perfeito é um estado consciente,

¹⁷ FILLOUX, J.-C. *L'inconscient*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009, p. 4.

¹⁸ BERGSON, H. *Cours de psychologie de 1892-1893 au lycée Henri-IV*. Paris: Séha, 2008, p. 162.

¹⁹ *Ibid.*, p. 162

²⁰ RABIER, *Leçons de Philosophie*, p. 52-53.

²¹ *Ibid.*, p. 68.

mas nem todo estado psíquico o é. Há outras características, como, por exemplo, a inteligência e o cálculo. Se temos um fato que apresente essas propriedades, mas ao qual lhe falte consciência, teremos direito de simplesmente considerá-lo como um fato fisiológico, a despeito de ele se assemelhar muito mais a um fato psicológico?²² Para o *professor Bergson*, a resposta é negativa: “[...] não temos o direito de negar *a priori* e por pretensas razões lógicas a possibilidade de fatos psíquicos inconscientes.”²³

Entre os fatos que o *professor Bergson* aponta como desprovidos de consciência mas, mesmo assim, inteligentes (nos quais constatamos, em suas palavras, uma “coordenação evidente de movimentos e de ação”, estão os fatos do automatismo, da sugestão e da divisão da personalidade²⁴.

É curioso notar que o próprio *professor Bergson* fez a defesa do axioma dos fatos fisiológicos em seus primeiros anos de docência, como se pode constatar nas aulas de Psicologia do ano escolar de 1885-1886²⁵. A exposição aí feita é bem semelhante à de Rabier, inclusive na análise dos argumentos — exceção feita ao argumento das sugestões pós-hipnóticas, um acréscimo da lavra do próprio *professor Bergson*, inexistente no referido manual. Vale destacar que nesse momento da aula o professor Bergson mostra dominar a literatura sobre o tema, citando nomes como Binet, Féré, Liégeois, Richet e Charcot²⁶. Após criticar todos os argumentos apresentados, ele conclui:

Não admitimos fatos psicológicos inconscientes. — Observe-se, aliás, que não seria possível admiti-los sem contradizer-se. Realmente, o que seria um fato psicológico cuja consciência nos escapasse? Visto que um fato psicológico só existe enquanto percebido por nós, enquanto consciente, dizer que ele é inconsciente é dizer que não existe.²⁷

Não é possível afirmar se o *professor Bergson* realmente defendia essa posição ou se estava apenas repassando aos alunos a lição de Rabier. O que podemos asseverar, contudo, é que a defesa dessa posição tornava-se

²² BERGSON, *Cours de psychologie de 1892-1893 au lycée Henri-IV*, p. 162

²³ *Ibid.*, p. 163, tradução nossa.

²⁴ *Ibid.*, p. 167.

²⁵ O editor desse volume estimou que o seu conteúdo pertencesse ao curso de Filosofia ministrado no período escolar de 1887-1888. No entanto, ao cotejar esse material com o manuscrito Estival (fonte primária escrita diretamente por um único aluno, com comentários de próprio punho de Bergson, e que está datado como pertencente ao período de 1885-1886), Ragguianti afirma que no tocante às aulas de Psicologia os dois textos são basicamente idênticos e, portanto, seriam anotações de um mesmo ano letivo, dado que Bergson ministrava suas aulas de improviso (RAGGUIANTI, R. Avant-propos, p. 9, in: *Leçons Clermontoises I*. Paris: L'Harmattan, 2003. p. 9–19.). Sobre as datações desse texto e outras questões filológicas e hermenêuticas referentes aos textos publicados do ensino ministrado por Bergson, remetemos ao nosso artigo FRÓES, H.; SAMPAIO, E. Considerações acerca do estatuto dos Cursos no corpus bergsoniano, in *Revista Dissertatio*, n. 56, p. 139–168, 2022.

²⁶ BERGSON, H. *Aulas de Psicologia e de Metafísica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 305-308.

²⁷ *Ibid.*, p. 86.

cada vez mais insustentável diante dos dados que a ciência positiva da época apresentavam, a nos fiarmos neste testemunho do próprio Bergson dado em 1901:

Dizia-se frequentemente há vinte anos (eu tenho na consciência [a lembrança] de tê-lo ensinado por muito tempo) que um estado psicológico é por definição um estado consciente, e que a ideia de um estado psicológico inconsciente é, por consequência, uma ideia contraditória. Entretanto, eu acredito que se tornou muito difícil, para quem acompanhou de perto o progresso da psicologia nos últimos anos, não abrir um amplo espaço ao inconsciente nas explicações psicológicas, e mesmo não reconhecer que a ideia de inconsciente, à medida que a manipulamos, tende cada vez mais a se tornar uma ideia clara (...).²⁸

Bergson parece realmente ter acompanhado de perto esse progresso da psicologia ocorrido na França no último quarto do século XIX. Nomes como Azam, Charcot, Bernheim e Janet, para citar os mais conhecidos, dedicaram-se ao estudo dos fenômenos associados ao inconsciente, tais como o sonambulismo, a histeria, a divisão da personalidade, a sugestão pós-hipnótica e a telepatia, dentre outros, utilizando-se principalmente da hipnose como método de investigação, experimentação e terapia. Apresentaremos a seguir um panorama dessa tradição que denominamos de *inconsciente hipnoclínico* que, como veremos, será determinante para a elaboração da primeira teoria bergsoniana do inconsciente.

3. A tradição do inconsciente hipnoclínico

O neurologista Jean-Marie Charcot é um dos principais responsáveis pela introdução e aceitação da hipnose na França como objeto digno de estudo científico. Ele foi a figura principal da chamada Escola da Salpêtrière, em referência ao hospital no qual trabalhava e lecionava. Charcot começou a fazer experimentos com a hipnose em 1878 no âmbito de suas tentativas de tratamento dos sintomas histéricos de seus pacientes. A Escola da Salpêtrière considerava o hipnotismo um fenômeno que acometia apenas os pacientes histéricos, passando a ser visto, portanto, como uma espécie de sintoma patológico. Seus membros também davam ênfase às características somáticas do estado hipnótico — tais como a hiperexcitabilidade muscular e a hipersensibilidade — que seriam indícios da impossibilidade de simulação por parte dos hipnotizados, baseado no pressuposto de que não seria possível fingir um fenômeno corporal.²⁹

²⁸ BERGSON, H. O Paralelismo Psicofísico e a Metafísica Positiva, in *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v. 8, n. 1, p. 457–484, 2020b, p. 460.

²⁹ CHERTOK, L.; DE SAUSSURE, R. *Naissance du psychanalyste*. [s.l.] Synthélabo, 1997, p. 70-71.

Nos experimentos feitos com pacientes, Charcot utilizava-se da sugestão tanto para provocar sintomas como para removê-los. Ele buscou explicar esses fenômenos primeiramente em bases predominantemente fisiológicas, vendo neles um similar dos atos reflexos. De acordo com Charcot, os experimentos com o hipnotismo constituíam “[...] a mais bela demonstração do funcionamento automático de uma parte do encéfalo, funcionamento já estudado pelos psicólogos e pelos fisiologistas, e ao qual deu-se o nome de automatismo cerebral ou de cerebração inconsciente”³⁰. Durante o transe hipnótico poder-se-ia constatar um modo de funcionamento puramente mecânico e inconsciente do sujeito que Charcot comparava ao homem-máquina idealizado por La Mettrie.³¹

As condições nas quais os experimentos eram conduzidos na Salpêtrière suscitaram muita desconfiança. Acreditava-se então que os pacientes acabavam por descobrir o que se esperava deles, produzindo, assim, por simulação, o sintoma ou efeito esperado.³² Um dos mais ferrenhos críticos da Escola da Salpêtrière foi o médico Hippolyte Bernheim, principal teórico da chamada Escola de Nancy, em referência à cidade na qual ele e outros praticantes da hipnose residiam. A Escola de Nancy opunha-se à sua rival principalmente por entender o hipnotismo não como uma manifestação patológica, mas sim como um caso particular do fenômeno mais geral da sugestão. Bernheim definia essa como “[...] o ato pelo qual uma ideia é introduzida no cérebro e aceita por ele”³³. Essa aceitação, no entanto, dependeria do grau de sugestionabilidade de cada sujeito, sendo que apenas aqueles que a tivessem num grau muito elevado seriam capazes de alcançar o estado de sonambulismo profundo no qual se poderia observar todos os fenômenos associados ao hipnotismo.

Bernheim admitia que nesse estado profundo o sujeito pudesse agir como um verdadeiro autômato, obedecendo cegamente às ordens do hipnotizador. E em sua elaboração teórica ele chega também a explicar a sugestão com base no modelo do arco reflexo, no qual a ideia sugestionada realizar-se-ia em ato independentemente da vontade e da consciência do sujeito. Contraditoriamente, Bernheim também defendia que o sujeito participava ativamente do processo da sugestão: a impressão recebida do exterior precisava ser transformada em ideia, ser aceita e elaborada pelo aparelho psíquico em um “[...] trabalho complexo que cada individualidade realizaria à sua maneira”.³⁴

³⁰ CHARCOT *apud* CARROY, J. *Hypnose, suggestion et psychologie. L'invention de sujets*. [s.l.] Presses Universitaires de France, 1991.

³¹ BORCH-JACOBSEN, M. L'effet Bernheim (fragments d'une théorie de l'artefact généralisé), in *Corpus*, n. 32, p. 147-174, 1997, p. 149.

³² CAZETO, S. J. *A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2001, p. 276.

³³ BERNHEIM *apud* *Ibid.*, p. 307

³⁴ BERNHEIM *apud* LAURENS, S. De la suggestion pendant l'hypnose à la suggestion d'hypnose, in *L'Évolution Psychiatrique*, v. 70, n. 2, p. 466-468, 1 abr. 2005, tradução nossa.

De acordo com Borch-Jacobsen, Bernheim sempre negou a existência do inconsciente sob todas as formas. Essa atitude extravagante para a época visava tornar explicável a ação sobre a consciência de uma sugestão cujo conteúdo inteiro é consciente³⁵. Já Charcot — que, como vimos, partiu de uma noção de inconsciente cerebral — vai progressivamente elaborando uma noção de inconsciente psíquico à medida em que esse vai se desvelando nos casos clínicos — em especial, àqueles envolvendo a dupla ou a múltipla personalidade e a histeria traumática. Nesses casos, segundo Charcot, ocorreria a formação de um segundo Eu entendido como um Eu inconsciente:

É possível despertar nos órgãos psíquicos uma ideia ou um grupo de ideias associadas que, na ausência de qualquer controle e de qualquer crítica, deverão estabelecer-se em estado autônomo, viver, de certo modo, como um *parasita* (*grifo nosso*) e, por isso mesmo, adquirindo uma enorme força e um poder de realização, por assim dizer, sem limites.³⁶

Esse “Eu parasita” se manifestaria então nos casos patológicos como uma segunda personalidade por meio do mecanismo de dissociação da consciência. Bernheim e Janet também valeram-se da noção de dissociação da consciência, ao qual chegaram, entretanto, por meio de um outro fenômeno: o da sugestão pós-hipnótica. Entende-se por esse termo os experimentos nos quais uma sugestão era feita ao sujeito no estado hipnótico, mas cuja execução deveria ser realizada posteriormente à saída do transe. A sugestão é então realizada de acordo com as ordens dadas, mas sem que o sujeito tenha consciência da origem dessa demanda.

Foi o filósofo Paul Janet³⁷ quem chamou a atenção para uma questão envolvendo esse fenômeno. Ele propõe explicá-lo com base na lei *psicológica* da associação de ideias e na lei *fisiológica* da associação de movimentos: assim, o surgimento de uma imagem (por exemplo, a ideia de uma ordem recebida) seria acompanhada pelo movimento ou pela sensação a essa associados. Mas, pegue-se por exemplo um dos experimentos realizados por Bernheim: ele ordena a um paciente hipnotizado que retorne ao seu consultório 13 dias após a consulta; ao sair do transe, ele não se recorda da sugestão feita, mas, no prazo estabelecido, ele se apresenta no consultório. De que forma, pergunta-se Paul Janet, a ordem desperta exatamente treze dias após ter sido dada? Para ele, não haveria nenhuma associação possível que fizesse com que a ideia despertasse exatamente naquele dia específico.³⁸

³⁵ BORCH-JACOBSEN, M. L'effet Bernheim (fragments d'une théorie de l'artefact généralisé), p. 195.

³⁶ CHARCOT *apud* TRILLAT, E. *História da Histeria*. São Paulo: Escuta, 1991.

³⁷ Optamos por utilizar também os primeiros nomes para evitar a confusão entre Paul Janet e Pierre Janet, respectivamente, tio e sobrinho.

³⁸ JANET, P. De la suggestion dans l'état d'hypnotisme, in *Revue politique et littéraire*, passim, 1884a, n.p.

De acordo com Leblanc, Bernheim foi um dos primeiros a propor uma solução para o problema apresentado por Paul Janet com base em sua concepção sobre a atividade mental/cerebral³⁹. Para ele, haveria dois níveis de atividade mental/cerebral: o superior e o inferior. O primeiro é o local da ação voluntária, do raciocínio e do julgamento; o segundo, da ação automática, dos reflexos psíquicos e da imaginação. No estado de vigília, o nível superior exerce controle sobre o inferior, neutralizando os efeitos da imaginação e mantendo a atividade automática sobre controle. Esse controle, no entanto, é enfraquecido durante o sono normal ou hipnótico, no qual há uma concentração da atividade cerebral no nível inferior, gerando, assim, um “estado de consciência” diferente daquele do estado de vigília⁴⁰.

Dentro desse quadro conceitual, a lembrança da sugestão é armazenada no nível inferior do cérebro e lá permanece em estado latente enquanto prevalece o estado de consciência da vida de vigília. A sugestão é então reavivada toda vez que o sujeito passa desse estado de consciência para o outro, o do estado onírico/hipnótico. Esse segundo estado de consciência não é entendido como um estado patológico ou anormal: de acordo com Bernheim, todos nós o possuímos em um certo grau⁴¹. Veremos mais à frente como essa teoria dos dois níveis de atividade mental/cerebral é utilizada por Bergson para explicar o fenômeno da simulação inconsciente.

Pierre Janet desenvolve sua teoria da dissociação da consciência justamente para resolver o problema da sugestão pós-hipnótica levantado pelo outro Janet (seu tio): o despertar da sugestão na data exata requereria muito mais do que uma faculdade de contar o tempo: uma segunda consciência seria responsável por todo o julgamento inconsciente necessário para a execução da sugestão.⁴²

Pierre Janet chega a essa conclusão baseado nos experimentos com sugestões pós-hipnóticas que ele próprio realizara com sua paciente Lucie: num deles, por exemplo, a jovem deveria cair adormecida após Pierre Janet bater palmas dez vezes, o que de fato aconteceu. Durante esses experimentos, revelou-se a existência de uma segunda personalidade, que passou a ser chamada de Adrienne. De acordo com Pierre Janet, Adrienne mostrava-se presente nos aparentes estados de inconsciência de Lucie — era aquela, por exemplo, quem contava o número de palmas. Para Pierre Janet, o

³⁹ LEBLANC, A. The Origins of the Concept of Dissociation: Paul Janet, His Nephew Pierre, and the Problem of Post-Hypnotic Suggestion, in *History of Science*, v. 39, n. 1, p. 57–69, 21 mar. 2001, p. 32.

⁴⁰ CAZETO, A. *A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX*, p. 310.

⁴¹ LEBLANC, A. R. *On hypnosis, simulation, and faith: The problem of post-hypnotic suggestion in France 1884-1896*. Toronto: University of Toronto, 2000, p. 34.

⁴² LEBLANC, The Origins of the Concept of Dissociation: Paul Janet, His Nephew Pierre, and the Problem of Post-Hypnotic Suggestion, p. 57.

surgimento de Adrienne seria o resultado do mecanismo de dissociação da consciência, entendido como uma resposta psíquica a eventos traumáticos — no caso dela, um susto sofrido na infância pela ação de uma brincadeira de dois rapazes escondidos por detrás de uma cortina.⁴³

É importante ressaltar que o próprio Bergson chegou a se engajar nas pesquisas psíquicas da época. Seu primeiro artigo publicado em uma revista científica traz o relato de experimentos com hipnotismo conduzidos por ele e um amigo em Clermont-Ferrand e gerou razoável repercussão⁴⁴. Eis o experimento: o hipnotizador abria as páginas de um livro e demandava aos hipnotizados — que enxergavam apenas a capa do exemplar em questão — que lessem no livro o número da página aberta sob sua vista. Não só os participantes do experimento geralmente acertavam a resposta como chegavam até a reproduzir palavras e linhas inteiras contidas na referida página. Tal ocorrência era considerada um caso de sugestão mental, termo utilizado na época para se referir ao fenômeno telepático no qual a percepção do hipnotizador se transmitiria para o hipnotizado sem o recurso das vias sensoriais conhecidas.

Bergson, no entanto, descartou o fenômeno telepático como explicação para os experimentos realizados. O artigo procurava justamente mostrar que a adivinhação realizada pelos jovens hipnotizados ocorria, na verdade, por meio de uma hiperestesia visual, pela qual tornava-se possível enxergar a página do livro refletida na córnea do hipnotizador. A ampliação da capacidade visual era reconhecida então como um dos efeitos possíveis do transe hipnótico.

Um detalhe, no entanto, despertou a atenção de Bergson: os hipnotizados afirmavam enxergar os números e as palavras no próprio livro, tal como haviam sido ordenados a fazer pelos hipnotizadores. De nenhum modo foi possível fazer com que eles “confessassem” estar lendo-as nas córneas desses, levando Bergson a acreditar que os hipnotizados realmente não sabiam estar procedendo dessa forma — eis aí o fenômeno da *simulação inconsciente* apontado no título do artigo.

No texto publicado, Bergson se abstém de propor uma explicação do tal fenômeno. No entanto, ele esboça uma explicação do fenômeno da *simulação inconsciente* em termos psíquicos em uma carta a Myers:

O que emerge de nossos experimentos, a meu ver, é a existência, no sujeito hipnotizado, de duas consciências sobrepostas, uma das quais elabora raciocínios, e a outra registra as conclusões desses raciocínios acreditando

⁴³ JANET, P. Les actes inconscients et le dédoublement de la personnalité pendant le somnambulisme provoqué, in *Revue Philosophique de la France Et de l'Etranger*, v. 22, n. n/a, 1886.

⁴⁴ Intitulado *De la simulation inconsciente dans l'état de d'hypnose*, o pequeno texto foi publicado na edição de novembro de 1886 da *Revue Philosophique*. O artigo foi citado por diversos autores da época, dentre eles Myers, Janet, James e Delboeuf.

tratar-se de percepções imediatas. Em resumo, uma prepara alucinações para a outra. Assim, no presente caso, há uma consciência que recebe a sugestão de ler o número de uma página e que o percebe verdadeiramente e há outra que trabalha para saber qual é esse número.⁴⁵

A nosso ver, Bergson interpreta seus experimentos hipnóticos à luz do modelo teórico proposto por Bernheim⁴⁶ no qual admite-se a existência de dois níveis de consciência operando simultaneamente em um mesmo sujeito como se fossem duas consciências distintas. Como indica o próprio título do artigo, uma consciência encontra-se em relação à outra na posição de uma instância inconsciente — assim, o resultado de suas operações é tomado pela outra como sendo uma percepção imediata, ignorando, dessa forma, a sua existência.

Veremos adiante como a primeira teoria bergsoniana do inconsciente será calcada no modelo da dissociação da consciência elaborada pela tradição do inconsciente hipnoclínico. Mas, antes, voltaremos à crítica que o *professor Bergson* faz da tradição e do debate contemporâneo em torno do inconsciente.

4. A crítica ao inconsciente cognitivo

A segunda posição referente ao problema do inconsciente identificada pelo *professor Bergson* considera os estados psicológicos preferencialmente como sendo inconscientes, na qual a consciência é entendida como um privilégio reservado apenas a alguns desses estados. Herbart e Wundt seriam os representantes dessa posição, apesar de suas diferenças⁴⁷. De acordo com o *professor Bergson*, o primeiro defende que os estados psicológicos só se apresentam à consciência após adquirirem uma certa intensidade; o

⁴⁵ BERGSON, H. Carta para F. W. H. Myers, 20 jan. 1887. Essa carta é citada em PLAS, R. *Naissance d'une science humaine : la psychologie. Les psychologues et "le merveilleux psychique"*. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2000 e em EVRARD, R. Bergson et la télépathie : à propos d'une correspondance inédite, in *Bergsoniana*, n. 1, 1 jul. 2021. Agradecemos a Evrard por nos ter disponibilizado uma cópia dessa, cujo original encontra-se na coleção *Myers Papers*, pertencentes aos arquivos do Trinity College de Cambridge.

⁴⁶ O trecho de uma aula do ano escolar de 1886-1887 reforça a nosso ver essa adoção da teoria de Bernheim: "Seguiremos a opinião do doutor Bernheim e daqueles que admitem dois andares no edifício da consciência. Dissemos, ao falar sobre a consciência, que os fenômenos psíquicos inconscientes ou subconscientes nos levam à hipótese de duas pessoas de alguma maneira justapostas em cada um de nós. Na consciência indistinta se acumulam todos os fenômenos, todas as impressões que se sucedem sem nunca se encadearem: é o reservatório da memória. Acima dessa personalidade há uma outra, existe o eu no qual a consciência é clara, que encadeia logicamente suas ideias." BERGSON, H. *Leçons Clermontoises II*. Paris: L'Harmattan, 2006b, n.p., tradução nossa.

⁴⁷ BERGSON, *Cours de psychologie de 1892-1893 au lycée Henri-IV*, p. 163.

segundo, que os estados conscientes são o resultado de raciocínios inconscientes. Para ambos, “[...] os pontos luminosos de nossa vida interior são separados um dos outros por longos trechos, por longas séries de fatos inconscientes e despercebidos”⁴⁸.

Herbart e Wundt são dois dos principais representantes da chamada tradição do inconsciente cognitivo. Pode-se entender por inconsciente cognitivo os processos e estruturas mentais que, mesmo operando à margem da consciência fenomênica, influenciam a experiência consciente, as ações e pensamentos do sujeito⁴⁹.

As bases dessa tradição foram erigidas por Herbart. Sua teoria psicológica é calcada em uma concepção mecanicista e dinâmica do psiquismo, baseada na interação entre as representações — também chamada de ideias, elas são entendidas como os elementos básicos da vida mental. De acordo com esse modelo, as representações se tornam forças quando, na interação com outras, gera-se uma resistência: desse processo resultam representações mais fortes que se opõem às representações mais fracas. Esse jogo de forças pode resultar em três possibilidades: a) as representações adentram a consciência; b) as representações mantêm-se apartadas da consciência, mas continuam a existir, podendo ascender à consciência em diferentes circunstâncias; c) as representações são reprimidas e deixam de existir como ideias para passar ao estado de tendência. Herbart postula a existência de um limiar que separa as representações na situação A da situação B (chamado de limiar estático) e outro que separa B de C (limiar mecânico).⁵⁰

Na psicologia de Herbart, a consciência é o mero resultado da interação entre as representações. Aquelas que se encontram abaixo do limiar estático podem ascender à consciência caso tenham afinidade com as que lá já estão. Ao fazê-lo, ocorre o que Herbart entende por apercepção: a representação não só se torna consciente como também é assimilada ao todo formado pela massa das representações apercebidas.⁵¹ Para Herbart, não existe um Eu como uma estrutura prévia que seria o sujeito dessas apercepções: é a própria massa das apercepções que ocupa esse lugar de sujeito⁵².

Para o *professor Bergson*, o erro da posição de Herbart e Wundt estaria em acreditar que um fato psicológico tomado de forma isolada possa tornar-se consciente pelo mero aumento de sua intensidade. De acordo com ele, a experiência mostraria que para tornar-se consciente um fato interior deve se fundir na série dos estados psíquicos conscientes que o

⁴⁸ *Ibid.*, p. 164, tradução nossa.

⁴⁹ KIHLSSTROM, J. F. The Cognitive Unconscious, in *Science*, v. 237, n. 4821, p. 1445–1452, 18 set. 1987.

⁵⁰ BORING, E. G. *A History of Experimental Psychology*. Nova Iorque: The Century Co., 1929, p. 244.

⁵¹ *Ibid.*, p. 245.

⁵² KIM, A. ‘Johann Friedrich Herbart’, in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015.

precedem. “Ele não é consciente por si só, mas somente na medida em que o eu consciente o assimila”⁵³.

O *professor Bergson* vai além: o problema da segunda posição é o de conceber um estado psíquico como se fosse um estado da matéria. Este existe por si só, enquanto aquele só existe por sua organização com os outros. Ao referir-se aos estados psíquicos como unidades distintas, como dispondo de mais ou menos força, estamos na verdade atribuindo a eles características que são próprias dos estados materiais.⁵⁴

Vemos aqui o *professor Bergson* lançar mão da reformulação da noção de fatos psicológicos apresentada no *Ensaio* para criticar a tradição do inconsciente cognitivo por sua concepção atomista de psiquismo: pressupor a existência e a subsistência independente de estados psicológicos — conscientes ou inconscientes, pouco importa — como sendo os elementos fundamentais do aparelho psíquico seria um erro decorrente das confusões conceituais apontadas pelo *Ensaio*. O que chamamos de fatos psicológicos são abstrações feitas do todo contínuo e indivisível do Eu, são o resultado de uma análise que costumamos realizar por comodidade de expressão. Desse modo, nós separamos nossa vida interior ininterrupta em momentos que seriam distintos entre si e justapostos em uma sequência, tomando erroneamente cada momento como o resultado de uma multiplicidade distinta de fatos psicológicos. Não há por que se falar de um estado psicológico que tenha uma existência própria absoluta, sem nenhuma espécie de vínculo com o Eu.

Descartadas então as duas posições antagônicas sobre o inconsciente — a que defende o axioma dos fatos psicológicos, por um lado, e a da tradição do inconsciente cognitivo, por outro — cabe ao professor Bergson apresentar qual seria a posição aceitável sobre o tema: é o que veremos na sequência.

5. A primeira teoria bergsoniana do inconsciente

Nos valeremos aqui das aulas de Psicologia do ano escolar de 1893-1894⁵⁵ nas quais o professor Bergson faz uma exposição mais detalhada de sua concepção de inconsciente. No âmbito da consciência espontânea — na

⁵³ BERGSON, *Cours de psychologie de 1892-1893 au lycée Henri-IV*, p. 164, tradução nossa.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 164-165.

⁵⁵ Nos deparamos novamente com um problema de ordem filológica: as aulas de Psicologia do segundo volume dos *Cours* editado por Hude são baseadas no manuscrito Vacher (não-datado). Hude estimou para esse curso o ano escolar de 1892-1893. No entanto, segundo Matton, o material pertence, na realidade, ao período de 1893/1894, já que, ao ser comparado a um dos volumes dos manuscritos Debidour, mostra-se praticamente idêntico, sendo que esse volume está corretamente datado (MATTON, S. Note sur le manuscrit et la datation du *Cours de psychologie de 1892-1893*, p. 45, in BERGSON, H. *Cours de psychologie de 1892-1893 au lycée Henri-IV*. Paris: Séha, 2015. p. 39-54).

qual o Eu se apercebe confusamente e se confunde com o fluxo dos eventos interiores — a consciência que temos de um estado psicológico está ligada à consciência dos outros estados. Desse modo, um estado psicológico não tem começo e fim bem determinados: ele vai saindo aos poucos do estado que lhe antecede e se perde também gradualmente no que lhe segue. Assim, para que ocorra essa transição de um estado para outro é necessário que transcorra um certo período.⁵⁶

Mas pode ocorrer que um estado psicológico ocupe uma duração insuficiente que impeça que ele se encaixe nesse período de transição: destarte, ele não se integra ao fluxo dos estados psicológicos. Nesse caso, explica o *professor Bergson*, o estado psicológico

Terá brilhado como um raio em meio aos acontecimentos interiores que se sucedem. Apesar de indubitavelmente consciente, ele não se integrará à unidade do que chamamos nossa consciência — entendida como a série de estados que imperceptivelmente se fundem uns nos outros. Assim se formará — para além da consciência reflexiva e da consciência espontânea — uma consciência fugidia, evanescente, efêmera, de um estado que não dura o suficiente para afirmar seu parentesco com os outros.⁵⁷

Eis então o que seria um estado psicológico inconsciente: de fato, trata-se de um estado dissociado da consciência que, devido à sua duração insuficiente, não se fundiu à massa dos estados psíquicos. Tal estado pode simplesmente desaparecer sem deixar rastro na memória ou, pelo contrário, se conservar. Neste caso, ele pode se desenvolver à margem da consciência e formar um sistema próprio. Um sistema desse tipo pode se ligar ao Eu ou mesmo formar um outro Eu, dando origem assim a uma segunda personalidade.⁵⁸

O professor Bergson faz uso em sua defesa do inconsciente do modelo teórico fornecido pela ciência positiva da época, a saber, o da dissociação da consciência. No entanto, esse modelo ganha uma “versão” que podemos chamar propriamente de bergsoniana devido ao fato de ele tomar como base as noções de consciência imediata, de fato psicológico e de duração, tal como foram apresentadas no *Ensaio*.

O modo como o *professor Bergson* explica a dissociação de um estado psicológico — qual seja, pelo fato de sua duração insuficiente lhe impedir de se integrar ao fluxo dos estados psicológicos — também é coerente com essas noções elaboradas no *Ensaio*. Esse mecanismo, no entanto, não tem um sentido psicológico claro, uma função específica. Desse modo, ele pode

⁵⁶ BERGSON, H. *Cours II. Leçons d'esthétique à Clermont-Ferrand. Leçons de morale, psychologie et métaphysique au Lycée Henri IV*. [s.l.] Presses universitaires de France, 1992, p. 301-302.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 302, tradução nossa.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 302.

ser utilizado para explicar não só os fenômenos patológicos — como os da duplicação da personalidade — mas também os da vida psicológica normal — como é o caso dos fenômenos do hábito e da associação de ideias.⁵⁹

Essa teoria do inconsciente apresentada pelo *professor Bergson* não ficou restrita ao seu ensino. Veremos a seguir como ela também aparece no *Ensaio*.

6. O inconsciente como consciência dissociada no *Ensaio*

No segundo capítulo do *Ensaio*, Bergson procura mostrar que podemos vivenciar as ideias de dois modos diferentes. Há, por um lado, as ideias *pessoais*: elas são um amalgama de elementos em seu estado natural, sendo que cada uma delas liga-se às outras e reflete a coloração própria do nosso Eu profundo. De acordo com Bergson, quanto mais pessoal é uma ideia, mais dificuldade enfrentamos na tentativa de sustentá-las perante os outros. De certa forma, as acolhemos sem razão, não pelo que significam, e sim pelas afinidades qualitativas que ela tem com o nosso Eu, ou seja, pelo fato “[...] de sua nuance corresponder à coloração comum a todas as nossas outras ideias.”⁶⁰

No entanto, nem todas as ideias que temos são assim incorporadas pelo Eu profundo. Há certas ideias *impessoais* que se mantêm na superfície do Eu, “[...] como folhas mortas sobre as águas de um lago”⁶¹. São ideias que recebemos prontas ou das quais deixamos de nos ocupar. Somente a esse tipo de ideias, afirma Bergson, podem ser aplicadas as teorias associacionistas de relação como a de semelhança e a de contiguidade.

O que ocorre no fenômeno da sugestão é algo desse tipo. De acordo com Bergson, a ideia suggestionada “[...] não se incorpora à massa de fatos da consciência. Mas, dotada de uma vitalidade própria, substituirá a própria pessoa quando sua hora tiver chegado”⁶². Aqui a referência é clara: a sugestão mantém-se à parte da consciência como um elemento dissociado, como se fora uma segunda consciência que toma o lugar da primeira no momento em que a ação sugerida for realizada. Seu poder de imposição decorre do próprio fato da sua falta de integração à massa dos fatos da consciência — “[...] a sugestão se tornaria persuasão se todo o eu a assimilasse a si mesmo [...]”⁶³ — sendo entendida então como se fora uma ordem exterior.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 307-308.

⁶⁰ BERGSON, *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, p. 88.

⁶¹ *Ibid.*, p. 88.

⁶² *Ibid.*, p. 105.

⁶³ *Ibid.*, p. 105.

O *Ensaio* também reconhece que esses fatos dissociados da consciência são capazes de formar séries complexas cujos elementos se penetram uns nos outros, formando assim um outro Eu. De acordo com Bergson, é o que ocorre àquele que recebeu uma educação malcompreendida — “[...] aquela que se endereça mais à memória do que ao julgamento” —: forma-se então um “Eu parasita” que avança sobre o Eu fundamental e que impede a pessoa de conhecer a verdadeira liberdade⁶⁴. Cabe destacar a aparição do mesmo termo utilizado por Charcot para se referir a esse processo de formação de uma segunda personalidade pelo mecanismo da dissociação da consciência. Há aqui uma referência clara à possibilidade de formação de um outro Eu: teríamos assim um terceiro Eu, coexistente com o Eu profundo e o Eu de superfície que são delineados no *Ensaio*.

Conclusão

Ao fazer a defesa do axioma dos fatos psicológicos nas aulas do ano escolar de 1885-1886, o *professor Bergson* dá um exemplo de sua atuação profissional exemplar: como caracteriza Conche⁶⁵, Bergson era um docente que cumpria escrupulosamente o programa (currículo) oficial e tratava as questões filosóficas de acordo com as exigências feitas aos candidatos ao *baccalauréat*⁶⁶. Como vimos, tal posição espelhava o que era apregoado nos dois mais importantes manuais escolares da época. Mas, já no ano escolar seguinte, o *professor Bergson* dá indícios⁶⁷ de que já havia abandonado a defesa do axioma dos fatos psicológicos e passado a aceitar a ideia de um inconsciente psíquico.

Seria mera coincidência o fato dessa mudança de posição ter ocorrido no mesmo ano em que Bergson realizou seus experimentos com o hipnotismo? Cremos que não. Se, como afirmou Ellenberger, o hipnotismo foi a *via regia* de acesso à dimensão inconsciente ao final do século XIX⁶⁸, Bergson, ao se enveredar por esse caminho — tanto na prática quanto em suas leituras, como mostramos — afastou-se definitivamente da trilha seguida pelos manuais.

A superação da interdição lógica proporcionada pelo axioma dos fatos psicológicos deixava livre as vias que levariam à descoberta do inconsciente

⁶⁴ *Ibid.*, p. 105.

⁶⁵ CONCHE, M. Bergson à Clermont, in *L'Enseignement philosophique*, v. 47, n. 2, p. 03–11, 1996.

⁶⁶ Na França, o *baccalauréat* (também conhecido como *bac*) é um exame nacional que os alunos realizam ao fim do ensino secundário e que dá acesso aos estudos superiores.

⁶⁷ Das aulas ministradas em Clermont-Ferrand nos anos escolares de 1886-1887 e 1887-1888 foram publicados apenas alguns extratos. Esses contêm indícios de uma mudança de postura em relação ao inconsciente. Ver, nesse sentido, a citação na nota de rodapé 46.

⁶⁸ ELLENBERGER, H. *The Discovery of the Unconscious*. Nova Iorque: Basic Books, 1970, p. 111.

psíquico. Restava saber a qual delas Bergson seria levado pela intuição da duração. Uma dessas vias acabou sendo interdita — a da tradição do inconsciente cognitivo — dada a crítica bergsoniana à própria noção de fatos psicológicos.

A concepção de que os fatos psicológicos sejam na verdade recortes efetuados *a posteriori* no todo originalmente indivisível da duração pura direciona Bergson à descoberta do inconsciente hipnoclínico, que concebe o inconsciente como uma consciência dissociada. Assim, para Bergson, só podemos conceber propriamente fatos psicológicos inconscientes enquanto fatos dissociados da consciência, ou seja, como fatos que não conseguiram se fundir na massa indivisa dos estados psíquicos. São esses fatos psíquicos dissociados que podem se organizar e formar uma segunda (ou terceira) consciência, que opera *de fato* como uma instância inconsciente.

Mas o que explicaria essa dissociação dos fatos psicológicos? De acordo com a teoria do inconsciente proposta pelo *professor Bergson*, essa dissociação se daria pela duração insuficiente do fato psicológico, que fica impedido assim de se integrar à massa do conjunto dos fatos. Essa teoria, como vimos, tem a vantagem de conseguir explicar tanto os fenômenos ordinários da vida psíquica quanto os patológicos.

Podemos avaliar que a primeira teoria bergsoniana do inconsciente tem o mérito de dar conta dos fenômenos associados ao inconsciente ao mesmo tempo em que preserva a característica fundamental do psiquismo, qual seja, o de ser *em regra* consciente. Nesse sentido, o inconsciente é entendido apenas como uma possibilidade, e não como algo constitutivo do sujeito, como será o caso da teoria do inconsciente de *Matéria e Memória*.

Referências

BERGSON, H. Carta para F. W. H. Myers, 20 jan. 1887.

BERGSON, H. *Cours II. Leçons d'esthétique à Clermont-Ferrand. Leçons de morale, psychologie et métaphysique au Lycée Henri IV*. [s.l.] Presses universitaires de France, 1992.

BERGSON, H. *O pensamento e o movente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

BERGSON, H. *Leçons Clermontoises II*. Paris: L'Harmattan, 2006b.

BERGSON, H. *Cours de psychologie de 1892-1893 au lycée Henri-IV*. Paris: Séha, 2008.

BERGSON, H. *Aulas de Psicologia e de Metafísica*. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2014.

BERGSON, H. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. São Paulo: Edipro, 2020a.

BERGSON, H. O Paralelismo Psicofísico e a Metafísica Positiva, in *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v. 8, n. 1, p. 457-484, 2020b.

- BORCH-JACOBSEN, M. L'effet Bernheim (fragments d'une théorie de l'artefact généralisé), in *Corpus*, n. 32, p. 147-174, 1997.
- BORING, E. G. *A History of Experimental Psychology*. Nova Iorque: The Century Co., 1929.
- CARROY, J. *Hypnose, suggestion et psychologie. L'invention de sujets*. [s.l.] Presses Universitaires de France, 1991.
- CARROY, J.; PLAS, R. La genèse de la notion de dissociation chez Pierre Janet et ses enjeux, in *L'Évolution Psychiatrique*, v. 65, n. 1, p. 9-18, 2000.
- CAZETO, S. J. *A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2001.
- CHERTOK, L.; DE SAUSSURE, R. *Naissance du psychanalyste*. [s.l.] Synthélabo, 1997.
- CONCHE, M. Bergson à Clermont, in *L'Enseignement philosophique*, v. 47, n. 2, p. 03-11, 1996.
- DAYAN, M. L'inconsciente selon Bergson, in *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. 3, p. 287-324, 1965.
- ELLENBERGER, H. *The Discovery of the Unconscious*. Nova Iorque: Basic Books, 1970.
- FILLOUX, J.-C. *L'inconscient*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.
- FRÓES, H.; SAMPAIO, E. Considerações acerca do estatuto dos Cursos no corpus bergsoniano, in *Revista Dissertatio*, n. 56, p. 139-168, 2022.
- HUDE, H. Notas do curso de psicologia. Em: BERGSON, H. (Ed.). *Aulas de Psicologia e de Metafísica*. [s.l.: s.n.]. p. 451-474.
- JANET, P. De la suggestion dans l'état d'hypnotisme, in *Revue politique et littéraire*, passim, 1884a.
- JANET, P. *Traité Élémentaire de Philosophie À l'Usage des Classes*. [s.l.] C. Delagrave, 1884b.
- JANET, P. Les actes inconscients et le dédoublement de la personnalité pendant le somnambulisme provoqué, in *Revue Philosophique de la France Et de l'Étranger*, v. 22, n. n/a, 1886.
- KIHLSTROM, J. F. The Cognitive Unconscious, in *Science*, v. 237, n. 4821, p. 1445-1452, 18 set. 1987.
- KIM, A. 'Johann Friedrich Herbart', in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015.
- LALANDE, A. 'État', in *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.
- LAURENS, S. De la suggestion pendant l'hypnose à la suggestion d'hypnose, in *L'Évolution Psychiatrique*, v. 70, n. 2, p. 466-468, 1 abr. 2005.
- LEBLANC, A. The Origins of the Concept of Dissociation: Paul Janet, His Nephew Pierre, and the Problem of Post-Hypnotic Suggestion, in *History of Science*, v. 39, n. 1, p. 57-69, 21 mar. 2001.
- LEBLANC, A. R. *On hypnosis, simulation, and faith: The problem of post-hypnotic suggestion in France 1884-1896*. Toronto: University of Toronto, 2000.

MATTON, S. Note sur le manuscrit et la datation du Cours de psychologie de 1892-1893, in: BERGSON, H. (Ed.). *Cours de psychologie de 1892-1893 au lycée Henri-IV*. Paris: Séha, 2015. p. 39-54.

PRADO JÚNIOR, B. *Presença e campo transcendental: consciência e negatividade na filosofia de Bergson*. São Paulo: Edusp, 1988.

RABIER, É. *Leçons de Philosophie - Psychologie*. Septième Edition ed. Paris: Librairie Hachette & Cie. , 1903. v. I

RAGGUIANTI, R. Avant-propos. Em: *Leçons Clermontoises I*. Paris: L'Harmattan, 2003. p. 9-19.

TRILLAT, E. *História da Histeria*. São Paulo: Escuta, 1991.

WORMS, F. A concepção bergsoniana do tempo, in *DoisPontos*, v. 1, n. 1, p. 129-149, 9 dez. 2005.

Henrique Fróes

Endereço profissional:

Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE)

SGAS 907

Conj. A, Sala GETEB

CEP: 70.390-070 Brasília – DF